

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO GERAL

ROCA 21-92

**REGULAMENTO DO CENTRO DE TRANSPORTE
LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**

2020

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO GERAL

ROCA 21-92

**REGULAMENTO DO CENTRO DE TRANSPORTE
LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**

2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 766/GC3, DE 15 DE JULHO DE 2020.

**Aprova o Regulamento do Centro de
Transporte Logístico da Aeronáutica.**

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67101.001902/2020-58, procedente do Centro Logístico da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 21-92 “Regulamento do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 1.593/GC3, de 25 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 186, de 26 de setembro de 2014.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica
(DOU1 nº 135, de 16 JUL 2020)

(Publicada no BCA nº 127, de 21 de julho de 2020)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	DA NATUREZA E COMPETÊNCIA	7
Seção I	Da Natureza	7
Seção II	Da Competência	7
CAPÍTULO II	DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
CAPÍTULO III	DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS OU SETORES	7
CAPÍTULO IV	DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES	8
Seção I	Do Comandante	8
Seção II	Dos Demais Chefes	8
CAPÍTULO V	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	8
Anexo A	- Organograma do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica	10

REGULAMENTO DO CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA**

**Seção I
Da Natureza**

Art. 1º O Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), tem por finalidade coordenar o transporte intermodal do Sistema de Correio Aéreo Nacional (SISCAN), executar o transporte de material pelo modal terrestre e realizar o despacho aduaneiro de material por meio do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER), conforme Portaria nº 111/GC3, de 24 de janeiro de 2013.

Art. 2º O CTLA é diretamente subordinado ao Centro Logístico da Aeronáutica.

Art. 3º O CTLA tem sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**Seção II
Da Competência**

Art. 4º Ao CTLA compete:

I - receber, segregar e expedir o material de responsabilidade do Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG), bem como de outros materiais por ele estabelecidos;

II - realizar o despacho aduaneiro de material do interesse do COMAER;

III - realizar o transporte terrestre do material do SISCAN;

IV - cumprir as diretrizes e normas, bem como executar os planos e programas oriundos dos órgãos de direção setorial do COMAER, nos assuntos de seu interesse;

V - coordenar e controlar as atividades do SISCAN;

VI - planejar e coordenar o transporte intermodal necessário ao SISCAN;

VII - prover a infraestrutura necessária aos Postos CAN para realização das operações concernentes à movimentação de cargas;

VIII - planejar e controlar a atualização, a aquisição, a distribuição e a manutenção de equipamentos necessários à operação do SISCAN; e

IX - planejar e gerenciar a capacitação dos recursos humanos alocados ao SISCAN para o desempenho das funções inerentes ao sistema.

**CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 5º O CTLA tem a seguinte estrutura básica:

I - Direção;

II - Divisão Administrativa;

III - Divisão de Despacho Aduaneiro; e

IV - Divisão de Operações.

**CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS OU SETORES**

Art. 6º À Divisão Administrativa compete prestar o apoio administrativo e de serviços necessários ao funcionamento da OM como elo junto ao GAP-GL.

Art. 7º À Divisão de Despacho Aduaneiro compete:

I - receber, segregar e expedir o material de responsabilidade do CELOG, bem como de outros materiais por ele estabelecidos; e

II - realizar o despacho aduaneiro de material do interesse do COMAER.

Art. 8º À Divisão de Operações compete:

I - selecionar e cadastrar os meios de transporte intermodal;

II - planejar e coordenar o transporte intermodal necessário ao SISCAN;

III - realizar o transporte terrestre do material do SISCAN;

IV - coordenar e controlar as atividades do SISCAN;

V - planejar e gerenciar a capacitação dos recursos humanos para o desempenho das atividades do SISCAN;

VI - prover a infraestrutura necessária aos Postos CAN para a realização das operações concernentes à movimentação de cargas;

VII - planejar e controlar a atualização, a aquisição, a distribuição e a manutenção de equipamentos necessários à operação do SISCAN; e

VIII - praticar a manutenção preventiva e corretiva das viaturas operacionais da Unidade.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I Do Diretor

Art. 9º Ao Diretor do CTLA, nos termos da legislação em vigor e consoante às diretrizes do Diretor do CELOG, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CTLA;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do CTLA;

III - assessorar o Diretor do CELOG nos assuntos relacionados ao Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica, ao Sistema do Correio Aéreo Nacional e ao Transporte Logístico Multimodal;

IV - manter o CELOG informado quanto à situação das atividades e programas de trabalho do CTLA, propondo a adoção das medidas julgadas necessárias ao seu funcionamento; e

V - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito do CTLA.

Seção II Dos demais Chefes

Art. 10. As atribuições dos demais chefes integrantes da estrutura do CTLA serão definidas no seu Regimento Interno.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O provimento dos cargos e funções observará as seguintes diretrizes:

I - o Diretor do CTLA é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa;

II - o Chefe da Divisão Administrativa é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Intendentes, da ativa;

III - o Chefe da Divisão de Despacho Aduaneiro é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico, da ativa;

IV - o Chefe da Divisão de Operações é Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa;

V - o substituto eventual do Diretor é o oficial de maior grau hierárquico pertencente ao efetivo do CTLA; e

VI - as demais substituições eventuais far-se-ão dentro de cada órgão constitutivo do CTLA, respeitados os quadros, a hierarquia e as qualificações exigidas.

§ 1º O cargo de Diretor do CTLA poderá ser exercido por Coronel do Quadro de Oficiais Intendentes ou Especialistas em Suprimento Técnico, da ativa.

§ 2º O cargo de Chefe da Divisão Administrativa poderá ser exercido por oficial superior do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da ativa.

§ 3º O cargo de Chefe da Divisão de Operações poderá ser exercido por oficial superior do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da ativa.

§ 4º O cargo de Chefe da Divisão de Despacho Aduaneiro poderá ser exercido por oficial superior do Quadro de Oficiais Intendentes, da ativa.

Art. 12. O Diretor do CELOG remeterá ao Estado-Maior da Aeronáutica cópia do Regimento Interno aprovado, no prazo de 150 dias após a publicação deste Regulamento.

Art. 13. O Regimento Interno do CTLA definirá o detalhamento dos órgãos da estrutura complementar, bem como as competências desses órgãos e as atribuições de seus Chefes.

Art. 14. Os casos não previstos neste Regulamento serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

Anexo A - Organograma do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PESSOAL - PRAÇA

ICA 39-20

**INSTRUÇÃO REGULADORA DO
QUADRO DE CABOS**

2020

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



PESSOAL - PRAÇA

ICA 39-20

**INSTRUÇÃO REGULADORA DO
QUADRO DE CABOS**

2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 771/GC3, DE 17 DE JULHO DE 2020.

Aprova a reedição da ICA 39-20
“Instrução Reguladora do Quadro de
Cabos”.

O **COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 67400.018216/2020-41, procedente do Comando-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 39-20 “Instrução Reguladora do Quadro de Cabos”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 762/GC3, de 22 de junho de 2016, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 106, de 28 de junho de 2016 e nº 1.198/GC3, de 22 de setembro de 2016, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 168, de 30 de setembro de 2016.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 127, de 21 de julho de 2020)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.3 <u>ATRIBUIÇÕES</u>	8
1.4 <u>ÂMBITO</u>	8
2 DISPOSIÇÕES GERAIS	9
2.1 <u>DESTINAÇÃO</u>	9
2.2 <u>CONSTITUIÇÃO</u>	9
2.3 <u>COMPOSIÇÃO</u>	9
2.4 <u>RECRUTAMENTO</u>	9
2.5 <u>SELEÇÃO</u>	9
2.6 <u>MATRÍCULA NO CFC</u>	10
2.7 <u>REALIZAÇÃO DO CFC</u>	11
2.8 <u>PROMOÇÃO E INCLUSÃO NO QCB</u>	11
3 DISPOSIÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	13
Anexo A - Tabela de Grupamentos, Subgrupamentos e Especialidades do QCB	14

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução Reguladora do Quadro de Cabos (IRQCB) estabelece as diretrizes básicas relativas:

- a) à destinação, à constituição e à composição do Quadro de Cabos (QCB);
- b) ao recrutamento, à seleção e à matrícula de Soldados de Primeira-Classe (S1) no Curso de Formação de Cabos (CFC);
- c) à realização do CFC; e
- d) à promoção e à inclusão no QCB.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 LOCALIDADE

Corresponde ao local onde se situam um ou mais órgãos isolados (destacamentos e similares), OM ou Guarnições de COMAER, dentro da mesma sede.

1.2.2 NORMAS REGULADORAS DE CURSO (NOREG)

Documento elaborado pela Diretoria de Ensino (DIRENS), aprovado por ato do seu Diretor, que tem por finalidade estabelecer normas gerais referentes ao recrutamento, à seleção, à matrícula, ao aproveitamento e aos demais aspectos relativos aos cursos e estágios atribuídos àquela Diretoria.

1.2.3 ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE ENSINO DA AERONÁUTICA

Órgão responsável pela orientação normativa, coordenação, controle e supervisão técnica das atividades do Sistema de Ensino, bem como pela fiscalização específica do desempenho dos demais elos do Sistema.

1.2.4 ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

Órgão responsável pela orientação normativa, coordenação, supervisão técnica e fiscalização específica quanto ao funcionamento harmônico e eficiente dos elos do sistema ao qual pertence.

1.2.5 ORGANIZAÇÃO FORMADORA

Organização do COMAER (OM ou fração de OM) designada pelo Comandante-Geral do Pessoal (COMGEP) como responsável pela gerência e realização do CFC.

1.2.6 PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE (PDE)

É o documento estabelecido pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), que detalha, qualitativamente, por especialidade, os requisitos profissionais mínimos para as graduações após conclusão de curso de formação, de especialização e de aperfeiçoamento.

1.2.7 SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA (SEREP)

Organização militar (OM) que tem por finalidade planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a Gestão de Pessoal e do Serviço Militar, no âmbito de suas áreas geográficas de atuação. É o órgão responsável pela execução do Serviço Militar no âmbito do COMAER.

1.2.8 SISTEMA DE ENSINO DA AERONÁUTICA (SISTENS)

Sistema organizacional que propicia a qualificação necessária ao seu pessoal, militar e civil, para o exercício dos cargos e o desempenho das funções, na paz e na guerra, previstas na estrutura organizacional do COMAER.

1.2.9 SISTEMA DE PESSOAL DA AERONÁUTICA (SISPAER)

Conjunto de elementos da estrutura administrativa do COMAER que, por meio do estabelecimento de procedimentos complementares, visa a orientar o cumprimento das atividades relacionadas com o pessoal civil e militar da Aeronáutica.

1.2.10 TABELA DE PESSOAL (TP)

Documento elaborado pelo COMGEP que estabelece, quantitativamente, as necessidades de pessoal das OM do COMAER, visando ao preenchimento das funções e cargos necessários ao seu funcionamento eficiente e eficaz, respeitados os limites legais de fixação e distribuição de efetivos.

1.2.11 TEMPORÁRIOS

Militares incorporados às Forças Armadas para prestação de serviço militar, obrigatório ou voluntário, durante os prazos previstos na legislação que trata do serviço militar ou durante as prorrogações desses prazos. Os militares temporários não adquirem estabilidade e passam a compor a reserva não remunerada das Forças Armadas após serem desligados do serviço ativo.

1.3 ATRIBUIÇÕES

1.3.1 São atribuições do COMGEP, Órgão Central do SISPAER, a elaboração, a revisão e a propositura de modificações desta Instrução.

1.3.2 São atribuições da DIRAP, por intermédio da Subdiretoria do Serviço Militar (SDSM), planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de recrutamento, seleção e matrícula de Soldados S1 no CFC.

1.4 ÂMBITO

Esta Instrução aplica-se a todas as OM do COMAER.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 DESTINAÇÃO

2.1.1 O QCB do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (CPGAER) destina-se a atender às necessidades de pessoal para o preenchimento de cargos e para o exercício de funções de nível auxiliar técnico nas OM e Frações de OM do COMAER.

2.1.2 A prestação do serviço militar temporário, pelos CB, não se destina ao ingresso na carreira militar de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), em conformidade com o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

2.2 CONSTITUIÇÃO

2.2.1 O QCB é constituído por Cabos (CB).

2.3 COMPOSIÇÃO

2.3.1 O QCB é composto pelos Grupamentos Básico e de Serviços conforme previsto no Art. 3º e no Art. 5º do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (RCPGAER), aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000.

2.3.1.1 Os Grupamentos Básicos e de Serviços do QCB são constituídos dos Subgrupamentos e Especialidades constantes do Anexo A.

2.4 RECRUTAMENTO

2.4.1 O recrutamento para o QCB dar-se-á entre os S1 voluntários integrantes do Quadro de Soldados (QSD) do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (CPGAER).

2.4.2 A delimitação das faixas de cogitação de S1 para o Processo Seletivo para a Matrícula no CFC é estabelecida pelo COMGEP, Órgão Central do SISPAER, de acordo com a precedência hierárquica.

2.5 SELEÇÃO

2.5.1 O Processo Seletivo para a Matrícula no CFC visa preencher, por localidade, as vagas existentes para a graduação de CB nas especialidades dos Subgrupamentos dos Grupamentos Básico e de Serviços do QCB.

2.5.2 Destina-se a selecionar S1 da ativa da Aeronáutica, que atendam às condições estabelecidas nesta Instrução e às demais condições previstas nas Instruções Gerais (IG) e Instruções Específicas (IE), a serem expedidas, respectivamente, pelo COMGEP e pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

2.5.3 O Processo Seletivo compõe-se das seguintes etapas:

- a) Cogitação;
- b) Inscrição;
- c) Seleção;

d) Habilitação à Matrícula; e

e) Concentração Final.

2.5.4 O Processo Seletivo para a Matrícula no CFC será regulado pelo Comandante-Geral do Pessoal por meio de Instruções Gerais (IG).

2.6 MATRÍCULA NO CFC

2.6.1 Os quantitativos de vagas para matrícula no CFC são fixados pelo COMGEP, com base na necessidade de pessoal para ingresso no QCB, respeitando-se os limites de fixados em Lei e o efetivo distribuído, anualmente, pelo Comandante da Aeronáutica.

2.6.2 Para ser matriculado no CFC, o S1 da ativa do CPGAER deve atender aos seguintes requisitos:

- a) ter sido incluído em faixa de cogitação para o Processo Seletivo para a Matrícula no CFC, de acordo com a sua precedência hierárquica;
- b) não estar previsto, até a data de término do CFC, o seu desligamento por exclusão do serviço ativo decorrente de licenciamento por completar seis anos de efetivo serviço;
- c) possuir, no mínimo, um ano na graduação de S1, no ato da publicação da faixa de cogitação para o Processo Seletivo para a Matrícula no CFC;
- d) ser voluntário;
- e) ter concluído ou estar em condições de concluir, com aproveitamento, o 1º ano do Ensino Médio, conforme legislação vigente, no prazo estipulado no Cronograma de Eventos do Processo Seletivo;
- f) estar classificado, no mínimo, no “Bom Comportamento”;
- g) não estar respondendo a qualquer processo criminal na Justiça Militar ou Comum;
- h) não ter sido, nos últimos cinco anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado;
- i) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido à medida de segurança;
- j) não ter sido, anteriormente, desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino por motivo disciplinar ou de conceito moral;
- k) ter recomendação favorável do comandante da OM ou fração de OM em que serve;
- l) apresentar o parecer “**APTO**” em Inspeção de Saúde, conforme regulamentação específica no âmbito do Comando da Aeronáutica, devendo tal parecer encontrar-se dentro do prazo de validade;
- m) apresentar a “Apreciação de Suficiência” **APTO** e o “**Grau Final**” mínimo, a ser estabelecido, no Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (**TACF**) anual, conforme regulamentação específica no âmbito do Comando da Aeronáutica;

- n) ser habilitado à matrícula, dentro do número de vagas fixado para a localidade onde se encontra sediada a sua OM ou fração de OM; e
- o) atender às demais condições previstas nesta Instrução e nas Instruções Gerais e Específicas relativas ao Processo Seletivo para a matrícula no CFC, a serem expedidas, respectivamente, pelo COMGEP e pela DIRAP.

2.6.3 A expedição da Ordem de Matrícula e a efetivação da Matrícula no CFC é atribuição dos Chefes de SEREP.

2.6.4 Durante a realização do CFC, os S1 matriculados mantêm a mesma graduação, a precedência hierárquica e a remuneração.

2.7 REALIZAÇÃO DO CFC

2.7.1 O CFC destina-se a ministrar aos S1 selecionados os conhecimentos básicos e especializados necessários ao exercício dos cargos e ao desempenho das funções inerentes ao CB.

2.7.2 O CFC abrange instruções nos Campos Geral, Militar e Técnico-Especializado.

2.7.3 O currículo mínimo do CFC deve ser atualizado pela DIRENS, Órgão Central do SISTENS, em função do PDE aprovado para o QCB.

2.7.4 A organização e o funcionamento do CFC, incluindo os dispositivos inerentes à execução desta Instrução, obedecem à Norma Reguladora do Curso (NOREG), emitida pela DIRENS.

2.7.5 O CFC é realizado sob a responsabilidade das Organizações Formadoras, a serem designadas pelo COMGEP.

2.7.6 O S1 que não concluir o CFC, por falta de aproveitamento, permanece na mesma graduação, retomando suas atividades em sua OM de origem, respeitado o limite de permanência de seis anos no serviço ativo, em conformidade com o previsto no parágrafo 5º do art. 25 do RCPGAER.

2.8 PROMOÇÃO E INCLUSÃO NO QCB

2.8.1 O S1 que conclui o CFC, com aproveitamento, é promovido à graduação de Cabo e incluído no QCB, por ato do Diretor de Administração do Pessoal, conforme o disposto no parágrafo 1º do art. 20 do RCPGAER e no inciso I do art. 23 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER), passando a fazer jus à remuneração fixada em lei, correspondente à graduação de CB, a contar da data da promoção.

2.8.1.1 Concluído o CFC, será atribuída ao CB a especialidade para a qual foi preparado durante a Fase Técnico-Especializada do curso, em conformidade com o currículo mínimo e com as Instruções Gerais (IG) emitidas pelo Comandante-Geral do Pessoal.

2.8.2 Ao término do CFC, as médias finais dos S1 estabelecem a precedência hierárquica entre os formandos, independentemente da especialidade e da localidade onde realizaram o curso, de acordo com o Plano de Avaliação previsto.

3 DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Os ODSA e OM subordinadas devem, conforme necessidades específicas, editar, reeditar e atualizar atos normativos de sua competência relativos ao QCB.

3.2 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Comandante da Aeronáutica pelo Comandante-Geral do Pessoal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 set. 1964. Seção 1, p. 7881.

_____. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 236, p. 24777, 11 dez. 1980. Seção 1.

_____. Decreto nº 57.654, de 30 de janeiro de 1966. Regulamenta a Lei do Serviço Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jan. 1966. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 244, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 56.

Anexo A - Tabela de Grupamentos, Subgrupamentos e Especialidades do QCB

GRUP	SUBGRUPAMENTO	ESPECIALIDADE		SUBESPECIALIDADE	
BÁSICO	MANUTENÇÃO	BLM	LOGÍSTICA DE MANUTENÇÃO		
		BMA	MECÂNICA DE AERONAVES (*)	BMA 01	AERONAVES (*)
		BET	ELETRÔNICA (*)		
		BEI	ELETRICIDADE E INSTRUMENTOS (*)		
		BEP	ESTRUTURA E PINTURA (*)		
		BEV	EQUIPAMENTO DE VOO (*)		
		BMB	MATERIAL BÉLICO (*)		
	SUPRIMENTO TÉCNICO	BSP	SUPRIMENTO TÉCNICO (*)		
	INTELIGÊNCIA	BFT	FOTOINTELIGÊNCIA (*)		
	COMUNICAÇÕES	BCO	COMUNICAÇÕES (*)		
DE SERVIÇOS	SAÚDE	SAU	SAÚDE		
		SEF	ENFERMAGEM (*)		
		STO	AUX. ODONTOLÓGICO (*)		
	ADMINISTRAÇÃO	SAD	ADMINISTRAÇÃO		
	CONSTRUÇÃO	SDE	DESENHO (*)		
		SOB	OBRAS (*)		
		SCF	CARTOGRAFIA (*)		
	INFORM. AER.	SAI	INFOR. AERONÁUTICAS		
	INFRAESTRUTURA E METALURGIA	SEL	ELETRICIDADE (*)		
		SML	METALURGIA (*)		
		SEM	ELETROMECAÂNICA (*)		
	GUARDA E SEGURANÇA	SGS	GUARDA E SEGURANÇA		
	MÚSICA	SMU	MÚSICA (*)	SMU 10	CLARINETAS: SOPRANO – BAIXO (*)
				SMU 22	SOPRANO – CONTRALTO – TENOR – BARÍTONO (*)
				SMU 30	TROMPA (*)
				SMU 36	TROMPETE – FLUGELHORN (*)
				SMU 41	TROMBONES: TENOR – BAIXO (*)
				SMU 51	TUBA – SOUSAFONE (*)
				SMU 72	CAIXA CLARA – BATERIA – BOMBO – PRATOS (*)
				SMU 81	CORNETA (*)
	SUBSISTÊNCIA (*)	SST	SUBSISTÊNCIA (*)	SST 01	SUBSISTÊNCIA ARRUMADOR (*)
				SST 02	SUBSISTÊNCIA COZINHEIRO (*)